



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JABORÁ

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69/2016

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE JABORÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88, sito a Rua Ângelo Poyer, 320, Centro da Cidade de Jaborá, SC, neste ato representado pela seu Prefeito Sr. Kleber Mércio Nora.

CONTRATADA: **DANIELE BECKER IEGLI**, pessoa física, inscrita no CPF sob n.º 004.243.290-18, com sede na Rua Olimpio José Guarani, 214, Residência 02, Bairro Frey Bruno, no Município de Joaçaba – SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O OBJETO deste contrato é a **Prestação de Serviços de Fonoaudióloga com habilidades técnicas específicas para atendimento de alunos da Escola Municipal Alberto Bordin e a Prefeito Alcides Ferrari com alterações na fala que está prejudicando o andamento escolar, sendo todas as quintas feiras no período matutino das 07:30 as 11:30.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor do presente contrato é de R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais), correspondendo a prestação de serviços especializados de fonoaudióloga.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. As partes atribuem a este contrato, para efeitos de direito o valor de R\$987,50 (novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais, totalizando o valor de R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

3.2. Conforme consta no art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93, o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JABORÁ

3.3. É obrigação da contratada em manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Município.

3.4. O pagamento será feito com recursos próprios ou de convênios, até o quinto dia útil ao mês subsequente ao serviço prestado.

3.5. O pagamento será efetuado na praça do CONTRATANTE, mediante depositado em conta bancária em nome da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO

4. O contrato vigorará a partir da data da assinatura até 30 de novembro de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração, na forma do art. 57 da Lei 8.666, de 1993.

4.1. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretaria de Educação, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

4.2. O presente contrato poderá ser rescindido nos termos do artigo 78 da Lei 8.666/93;

4.3. Poderá ainda haver rescisão por mútuo acordo ou conveniência administrativa, não cabendo a contratada qualquer valor a título de indenização, ou a qualquer outro título presente ou futuramente, sob qualquer alegação fundamentada.

CLÁUSULA QUINTA – DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes do contrato correrão por conta do orçamento do Município de Jaborá, SC para o exercício de 2016.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA

6.1. Eventuais danos e prejuízos causados ao Município e/ou a terceiros, que tenham sido causados comprovadamente por má qualidade dos serviços fornecidos, ensejarão a responsabilização da Contratada.



CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. A CONTRATADA deverá:

7.1.1. Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, para atendimento ao art. 55, XIII da Lei nº 8.666, de 1993.

7.2. A contratada não poderá sublocar ou transferir o presente contrato, sob pena de rescisão automática.

7.3. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora de 0,33% ao dia, até o limite de 20%, calculado sobre o saldo contratual.

7.3.1. A multa que alude este artigo não impede que a administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas no artigo seguinte.

7.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

7.4.1. Advertência por escrito.

7.4.2. Multa de 11%, calculado sobre o saldo contratual.

7.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, observados os dispositivos legais.

7.5. Os encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do presente contrato ficarão integralmente ao encargo da CONTRATADA nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

7.6. O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente nos seguintes casos:

7.6.1. Não cumprimento de quaisquer cláusulas deste contrato;

7.6.2. Cumprimento irregular das cláusulas deste contrato;

7.6.3. Lentidão de seu cumprimento;

7.6.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas, SC.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JABORÁ

CLÁUSULA NONA - DO FUNDAMENTO LEGAL

9.1. Celebra o presente contrato nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 (atualizada pelas Leis Federais n.ºs 8.883 de 08.06.94 e 9.648 de 27.05.1998).

9.2. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93, e, na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, mandam datilografar o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 testemunhas que também assinam.

Jaborá, SC, 01 de Março de 2016

KLEBER MÉRCIO NORA
Prefeito Municipal.
Contratante

DANIELE BECKER IEGLI
Fonoaudióloga
Contratada

Testemunhas

ROBERT EDWARD SAVARIS
CPF nº 023.809.129-55

TIAGO ANGELO TOIGO
CPF nº 052.942.139-90